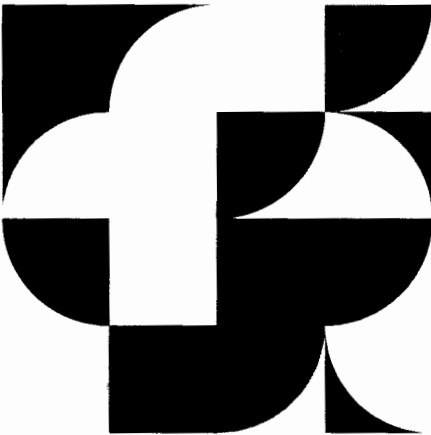


HUMBERTO BARRIONUEVO **FABRETTI**  
GIANPAOLO POGGIO **SMANIO**



**DIREITO  
PENAL**  
PARTE GERAL

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

**EDITORA ATLAS LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Fabricio Vale
- Data de fechamento: 14.01.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

S644d

Smanio, Gianpaolo Poggio

Direito penal: parte geral / Humberto Barrionuevo Fabretti; Gianpaolo Poggio Smanio. – 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01645-1

1. Direito penal - Brasil. I. Fabretti, Humberto Barrionuevo. II. Título.

18-48252

CDU: 343(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

11/2019

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DO DIREITO PENAL.....</b>	<b>1</b>
1.1 Período Primitivo .....	1
1.1.1 Vingança divina.....	2
1.1.2 Vingança privada.....	2
1.1.3 Vingança pública.....	4
1.2 Antigo Oriente .....	5
1.2.1 China .....	5
1.2.2 Índia.....	6
1.2.3 Assíria.....	6
1.2.4 Israel (Hebreus).....	7
1.2.5 Egito .....	7
1.2.6 Pérsia .....	8
1.3 Grécia Antiga.....	9
1.4 Roma Antiga.....	10
1.5 Direito Penal Germânico .....	12
1.6 Direito Penal Canônico.....	13
1.7 Direito Penal Comum Europeu – Idade Média .....	14
1.8 Período Humanitário.....	16
1.8.1 Beccaria e sua obra .....	17
1.8.2 John Howard e sua obra .....	18
1.8.3 Jeremias Bentham e o panóptico .....	18

<b>CAPÍTULO 2 – ESCOLAS PENAIS .....</b>	<b>21</b>
2.1 Conceito de escola penal.....	21
2.2 Autores Pré-Clássicos.....	22
2.2.1 Giandomenico Romagnosi.....	23
2.2.2 Paul Johann Anselm Ritter von Feuerbach.....	23
2.3 Escola clássica .....	25
2.3.1 Pelegrino Rossi .....	25
2.3.2 Giovanni Carmignani.....	26
2.3.3 Francesco Carrara .....	26
2.4 Escola Positiva.....	28
2.4.1 Cesare Lombroso.....	30
2.4.2 Enrico Ferri.....	32
2.4.3 Rafael Garófalo .....	35
2.5 Terza Scuola Italiana .....	38
2.6 Escola do Idealismo Atualístico .....	39
2.7 Escola Penal Humanista .....	40
2.8 Escola Moderna Alemã.....	41
2.9 Escola Técnico-Jurídica .....	43
2.10 Escola Correcionalista.....	45
2.11 Escola da Nova Defesa Social .....	48
<b>CAPÍTULO 3 – SÍNTESE DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO CRIMINO- LÓGICO .....</b>	<b>51</b>
3.1 Criminologia da Escola Clássica .....	54
3.2 Criminologia da escola positiva .....	55
3.3 Sociologia criminal do século XIX.....	56
3.4 Criminologia socialista.....	57
3.5 Sociologia criminal americana do século XX.....	58
3.6 Criminologia crítica ou criminologia nova.....	62
3.7 Criminologia e delito.....	72
3.7.1 Conceito criminológico de delito nos dias atuais .....	72
3.7.2 Criminologia de consenso e criminologia de conflito.....	74
3.7.2.1 Modelo consensual.....	74
3.7.2.2 Modelo conflitivo .....	75
3.8 Nova abordagem para a vítima no Direito Penal .....	75

3.8.1	Vitimologia .....	75
3.8.2	Análise histórica .....	76
3.8.3	Conceito de vítima.....	77
3.8.4	A vítima no Direito Penal .....	78
<b>CAPÍTULO 4 – FUNÇÕES DO DIREITO PENAL: PROTEÇÃO SUBSIDIÁRIA DE BENS JURÍDICOS .....</b>		<b>79</b>
4.1	Bem Jurídico.....	82
4.1.1	Evolução histórica do conceito de bem jurídico .....	84
4.1.2	Teoria ético-social dentro da perspectiva social.....	88
4.1.3	Teoria funcional dentro da perspectiva social.....	90
4.1.4	Teoria da imputação objetiva dentro da perspectiva social.....	92
4.1.5	Posição constitucional dentro da perspectiva social .....	95
4.1.6	Conceito de bem jurídico na doutrina brasileira .....	97
4.1.7	Conceito de bem jurídico-penal.....	101
<b>CAPÍTULO 5 – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS LIMITADORES DO DIREITO PENAL.....</b>		<b>107</b>
5.1	Princípio da ofensividade.....	108
5.1.1	Função limitadora.....	112
5.2	Obrigações constitucionais expressas de tutela penal.....	113
5.3	Princípio da legalidade ou da reserva legal.....	115
5.3.1	Garantias individuais decorrentes do princípio da legalidade .....	119
5.3.1.1	Garantia criminal – <i>Nullum crimen sine lege</i> .....	120
5.3.1.2	Garantia penal – <i>Nulla poena sine lege</i> .....	120
5.3.1.3	Garantia jurisdicional – <i>Nemo damnetur nisi per legale iudicium</i> .....	120
5.3.1.4	Garantia de execução.....	121
5.3.2	Os efeitos do princípio da legalidade – Princípios derivados – sub-princípios .....	122
5.3.2.1	<i>Nullum crimen, nulla poena sine lege praevia</i> .....	122
5.3.2.1.1	Princípio da anterioridade .....	122
5.3.2.1.2	Princípio da irretroatividade da lei penal.....	123
5.3.2.1.3	Sucessão de leis penais .....	123
5.3.2.2	<i>Nullum crimen nulla poena sine lege scripta</i> .....	124
5.3.2.3	<i>Nullum crimen nulla poena sine lege certa</i> .....	126
5.3.2.4	<i>Nullum crimen nulla poena sine lege stricta</i> .....	128

5.4	Princípio da intervenção mínima .....	132
5.4.1	Intervenção fragmentária do Direito Penal.....	135
5.4.2	Intervenção subsidiária do Direito Penal.....	136
5.4.3	Concretização da intervenção mínima – o princípio da insignificância ou criminalidade de bagatela .....	139
5.4.4	A crise do princípio da intervenção mínima e a tendência neocriminalizadora .....	139
5.4.5	Concretização da intervenção mínima – Os processos de descriminalização.....	141
5.5	Princípio da culpabilidade.....	143
5.5.1	Culpabilidade como responsabilidade subjetiva (proibição da responsabilização pelo resultado ou pelo fato de terceiro) .....	144
5.5.2	A culpabilidade como critério regulador da pena .....	148
5.6	Princípio da humanidade .....	155
<b>CAPÍTULO 6 – APLICAÇÃO DA LEI PENAL .....</b>		<b>161</b>
6.1	Lei Penal no Tempo.....	161
6.1.1	<i>Novatio legis in pejus</i> .....	162
6.1.2	<i>Abolitio criminis</i> .....	163
6.1.3	<i>Novatio legis in melius</i> .....	164
6.1.4	Características das leis penais: retroatividade, ultratividade e irretroatividade.....	167
6.1.5	<i>Lex tertia</i> .....	167
6.1.6	Lei intermediária .....	170
6.1.7	Lei penal excepcional ou temporária .....	171
6.1.8	Lei penal em branco.....	172
6.2	Tempo do crime .....	175
6.3	Lei penal no espaço.....	179
6.3.1	Legislação penal brasileira – Princípio da territorialidade.....	181
6.3.2	Conceito de território .....	181
6.3.3	Território nacional por extensão .....	182
6.4	Lugar do crime.....	183
6.5	Extraterritorialidade .....	186
6.5.1	Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	186
6.5.1.1	Princípio da defesa ou real .....	186
6.5.1.2	Princípio da justiça universal ou cosmopolita.....	187
6.5.2	Hipóteses de extraterritorialidade condicionada .....	188
6.5.2.1	Princípio da justiça penal universal ou cosmopolita .....	188

6.5.2.2	Princípio da nacionalidade ou pessoalidade.....	188
6.5.2.3	Princípio do pavilhão ou da bandeira.....	190
6.5.3	Princípio da extraterritorialidade e contravenção penal.....	190
6.6	Pena cumprida no estrangeiro.....	191
6.7	Eficácia da sentença penal estrangeira.....	191
6.8	Contagem de prazo penal.....	193
6.9	Frações não computáveis das penas.....	194
6.10	Legislação especial.....	195
6.11	Do concurso aparente de normas.....	196
6.11.1	Princípio da especialidade ( <i>lex specialis derogat generali</i> ).....	197
6.11.2	Princípio da subsidiariedade ( <i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i> ).....	198
6.11.3	Princípio da consunção ( <i>lex consumens derogat legi consumptae</i> ).....	199
<b>CAPÍTULO 7 – INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME.....</b>		<b>201</b>
7.1	Síntese evolutiva da teoria do crime.....	202
7.1.1	Modelo clássico.....	204
7.1.2	Modelo neoclássico.....	204
7.1.3	Modelo finalista.....	205
7.1.4	Modelo funcionalista (pós-finalismo).....	205
7.2	O conceito de crime.....	206
<b>CAPÍTULO 8 – TIPICIDADE OBJETIVA: AÇÃO (CONDUTA).....</b>		<b>211</b>
8.1	Teorias da ação (ou da conduta).....	212
8.1.1	Teoria causalista da ação.....	212
8.1.2	Teoria finalista da ação.....	213
8.1.3	Teoria social da ação.....	214
8.1.4	Teoria pessoal da ação.....	215
8.1.5	Teoria significativa da ação.....	216
8.1.6	Teoria da ação adotada pelo Código Penal Brasileiro.....	218
8.2	Conduta humana: ação e omissão.....	218
8.3	Ausência de conduta.....	219
<b>CAPÍTULO 9 – TIPICIDADE OBJETIVA: RESULTADO E NEXO DE CAUSALIDADE.....</b>		<b>221</b>
9.1	Do resultado.....	221
9.1.1	Teoria normativa do resultado.....	221
9.1.2	Teoria naturalística do resultado.....	222

9.1.3	Classificação dos tipos penais quanto ao resultado.....	222
9.1.3.1	Tipos penais materiais.....	223
9.1.3.2	Tipos penais formais .....	223
9.1.3.3	Tipos penais de mera conduta.....	223
9.2	Nexo de causalidade .....	224
9.2.1	Teoria da <i>conditio sine qua non</i> .....	224
9.2.1.1	Limitações à teoria da <i>conditio sine qua non</i> .....	226
9.2.1.1.1	Dolo e culpa no tipo penal.....	226
9.2.1.1.2	Superveniência de causa relativamente independente .....	226
9.2.2	Relevância causal da omissão .....	227
9.3	Teoria da imputação objetiva do resultado .....	229
9.3.1	Crítérios para imputação objetiva.....	231
9.3.1.1	Criação de um risco não permitido .....	231
9.3.1.2	A realização do risco não permitido.....	232
9.3.1.3	O alcance do tipo e o princípio da autorresponsabilidade ..	233
<b>CAPÍTULO 10 – TIPICIDADE E TIPO PENAL.....</b>		<b>235</b>
10.1	A tipicidade .....	235
10.1.1	Juízo de tipicidade .....	236
10.2	Tipo penal.....	237
10.2.1	Tipo penal objetivo e subjetivo.....	237
10.2.1.1	Elementos do tipo penal .....	238
10.2.2	Bem jurídico e tipo penal.....	239
10.2.3	Sujeitos ativo e passivo no tipo penal.....	240
10.2.3.1	Classificação dos tipos penais quanto ao sujeito ativo.....	240
10.2.3.1.1	Tipo penal comum .....	240
10.2.3.1.2	Tipo penal próprio ou especial .....	241
10.2.3.1.3	Tipo penal de mão própria.....	241
<b>CAPÍTULO 11 – TIPICIDADE SUBJETIVA: TIPO PENAL DOLOSO.....</b>		<b>243</b>
11.1	Teorias sobre o dolo .....	244
11.1.1	A teoria da vontade.....	244
11.1.2	A teoria da representação .....	245
11.1.3	A teoria do consentimento .....	245
11.1.4	O dolo no Código Penal Brasileiro.....	245
11.1.5	Espécies de dolo .....	246



11.1.5.1 Dolo direto.....	246
11.1.5.2 Dolo eventual .....	246
<b>CAPÍTULO 12 – TIPO PENAL CULPOSO.....</b>	<b>249</b>
12.1 Modalidades de comportamento culposo .....	251
12.2 Espécies de culpa.....	252
12.2.1 Culpa consciente.....	252
12.2.2 Culpa inconsciente .....	252
12.3 Tipo penal preterdoloso.....	253
<b>CAPÍTULO 13 – ERRO DE TIPO (AUSÊNCIA DE DOLO) .....</b>	<b>255</b>
13.1 Erro de tipo essencial.....	255
13.1.1 Erro de tipo escusável.....	256
13.1.2 Erro de tipo inescusável.....	256
13.2 Erro de tipo acidental.....	258
13.2.1 <i>Error in objecto</i> .....	258
13.2.2 <i>Error in personae</i> .....	258
13.2.3 <i>Aberratio ictus</i> .....	259
13.2.4 <i>Aberratio criminis</i> .....	260
13.3 Erro determinado por terceiro .....	260
<b>CAPÍTULO 14 – A ILICITUDE .....</b>	<b>263</b>
14.1 Antijuridicidade objetiva e subjetiva.....	265
14.2 Causas de exclusão da ilicitude .....	265
14.2.1 A legítima defesa .....	266
14.2.1.1 Elementos objetivos da legítima defesa .....	266
14.2.1.2 Espécies de legítima defesa .....	269
14.2.2 O estado de necessidade.....	269
14.2.2.1 Teorias sobre o estado de necessidade .....	270
14.2.2.1.1 Teoria diferenciadora .....	270
14.2.2.1.2 Teoria unitária.....	270
14.2.2.2 Elementos objetivos do estado de necessidade.....	271
14.2.3 Estrito cumprimento do dever legal .....	273
14.2.3.1 Elementos objetivos do estrito cumprimento do dever legal.....	274
14.2.4 Exercício regular de um direito .....	275

14.2.4.1	Elementos objetivos do exercício regular de um direito.....	275
14.2.5	O consentimento do ofendido: excludente de tipicidade ou excludente de ilicitude? .....	276
14.3	Do excesso nas causas de justificação.....	277
14.4	Erro de tipo permissivo: discriminantes putativas ou erro sobre as causas de justificação.....	278
<b>CAPÍTULO 15 – CULPABILIDADE .....</b>		<b>279</b>
15.1	Evolução da culpabilidade .....	280
15.1.1	Teoria psicológica da culpabilidade.....	280
15.1.2	Teoria psicológico-normativa da culpabilidade.....	281
15.1.3	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	282
15.2	Elementos da culpabilidade.....	282
15.2.1	Imputabilidade.....	283
15.2.1.1	Inimputabilidade .....	283
15.2.1.1.1	Inimputável por menoridade .....	283
15.2.1.1.2	Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	285
15.2.1.2	Semi-imputabilidade .....	286
15.2.1.3	Emoção e paixão.....	287
15.2.1.4	Embriaguez – Teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	289
15.2.1.4.1	Hipóteses de embriaguez.....	291
15.2.2	Potencial consciência da ilicitude (antijuridicidade) .....	295
15.2.2.1	Erro de proibição.....	297
15.2.3	Exigibilidade de conduta conforme o direito.....	299
15.2.3.1	Coação moral irresistível.....	301
15.2.3.2	Obediência hierárquica .....	302
15.2.4	Causas supraleais de inexigibilidade de conduta conforme o direito..	304
<b>CAPÍTULO 16 – CONSUMAÇÃO E TENTATIVA .....</b>		<b>307</b>
16.1	O <i>iter criminis</i> .....	308
16.1.1	Da consumação.....	311
16.1.2	Da tentativa .....	312
16.1.2.1	Punibilidade da tentativa.....	313
16.1.2.2	Tipos penais que não admitem tentativa .....	315
16.1.2.3	Tentativa inacabada e tentativa acabada.....	316
16.1.3	Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	316
16.1.4	Arrependimento posterior .....	318
16.1.5	Crime impossível ou tentativa inidônea.....	318

<b>CAPÍTULO 17 – CONCURSO DE PESSOAS</b> .....	321
17.1 Teorias sobre o concurso de pessoas.....	322
17.2 Concurso de pessoas no Código Penal.....	322
17.3 Requisitos do concurso de pessoas .....	324
17.4 Espécies de concurso de pessoas: autoria e participação.....	325
17.4.1 Autoria.....	325
17.4.1.1 Teorias sobre o autor.....	326
17.4.1.2 Formas de autoria.....	327
17.4.2 Participação.....	329
17.4.2.1 Teorias sobre o alcance da participação.....	329
17.4.2.2 Formas de participação.....	330
17.4.2.2.1 Instigação.....	330
17.4.2.2.2 Cumplicidade.....	331
17.4.3 Participação de menor importância .....	331
17.5 Cooperação dolosamente distinta.....	332
17.6 Participação em tipos culposos .....	332
17.7 Comunicabilidade das circunstâncias ou condições pessoais.....	333
<b>CAPÍTULO 18 – TEORIAS DA PENA</b> .....	335
18.1 Teorias legitimadoras do Direito Penal.....	336
18.1.1 A retribuição moral.....	338
18.1.1.1 Crítica.....	339
18.1.2 Teorias preventivas .....	341
18.1.2.1 Teoria da prevenção especial .....	342
18.1.2.1.1 Crítica .....	344
18.1.2.2 Teoria da prevenção geral .....	345
18.1.2.2.1 Teoria da prevenção geral negativa .....	345
18.1.2.2.2 Teoria da prevenção geral positiva.....	348
18.1.2.2.2.1 Função limitadora .....	349
18.1.2.2.2.2 Função fundamentadora .....	350
18.1.2.3 Críticas .....	351
18.2 Teorias deslegitimadoras.....	352
18.2.1 Abolicionismo penal .....	353
18.2.1.1 Crítica.....	356
18.2.2 Minimalismo radical .....	358
18.2.2.1 Crítica.....	359

<b>CAPÍTULO 19 – SISTEMA DE PENAS NO BRASIL</b> .....	361
19.1 Penas proscritas no Brasil .....	363
19.1.1 Proibição da pena de morte .....	363
19.1.2 Proibição da prisão perpétua .....	365
19.1.3 Proibição da pena de trabalhos forçados.....	365
19.1.4 Proibição da pena de banimento.....	366
19.1.5 Proibição das penas cruéis .....	367
<b>CAPÍTULO 20 – PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE</b> .....	369
20.1 Reclusão e detenção.....	370
20.2 Regimes prisionais .....	371
20.2.1 Regime fechado.....	372
20.2.2 Regime semiaberto .....	373
20.2.3 Regime aberto.....	374
20.2.4 Regime disciplinar diferenciado (RDD) .....	377
20.3 Autorizações de saída .....	380
20.3.1 Permissão de saída.....	381
20.3.2 Saída temporária .....	381
20.4 Fixação do regime inicial de cumprimento da pena .....	384
20.5 Progressão e regressão do regime prisional.....	386
20.5.1 Progressão.....	386
20.5.2 Progressão de regime em crimes hediondos.....	388
20.5.3 Regressão.....	389
20.5.4 Progressão de regime e execução provisória da pena .....	392
20.5.5 Progressão de regime para mulheres grávidas, mães ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência .....	394
20.6 Detração penal.....	398
20.7 A remição .....	401
20.7.1 Perda dos dias remidos .....	403
20.7.2 Remição presumida .....	404
<b>CAPÍTULO 21 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS</b> .....	407
21.1 Características das penas restritivas de direitos .....	408
21.2 Requisitos para substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.....	409
21.3 Quantidade de penas restritivas de direitos aplicáveis ao caso concreto .	411

21.4	Quantidade de pena e concurso de crimes.....	411
21.5	Substituição em crimes de menor potencial ofensivo praticados com violência ou grave ameaça à pessoa.....	412
21.6	Substituição em crimes hediondos ou equiparados.....	413
21.7	Substituição e Lei Maria da Penha.....	413
21.8	Substituição e delação premiada.....	414
21.9	As penas restritivas de direito em espécie.....	415
21.9.1	Prestação pecuniária (art. 45, § 1º, do CP).....	415
21.9.2	Perda de bens e valores (art. 45, § 3º, do CP).....	417
21.9.3	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	418
21.9.4	Interdição temporária de direitos.....	419
21.9.5	Limitação de fim de semana.....	420
<b>CAPÍTULO 22 – A PENA DE MULTA.....</b>		<b>423</b>
22.1	O sistema dia-multa.....	424
22.2	Natureza jurídica da pena de multa.....	426
22.3	Correção monetária da pena de multa.....	427
22.4	Cumulação de multas.....	428
<b>CAPÍTULO 23 – APLICAÇÃO DA PENA.....</b>		<b>429</b>
23.1	O critério trifásico de quantificação da pena privativa de liberdade.....	431
23.1.1	Fixação da pena-base (1ª fase).....	431
23.1.1.1	Circunstâncias judiciais.....	433
23.1.1.1.1	Conflito entre circunstâncias judiciais.....	437
23.1.2	Pena provisória (2ª fase).....	438
23.1.2.1	Circunstâncias agravantes.....	438
23.1.2.1.1	Agravantes no caso de concurso de pessoas.....	445
23.1.2.2	Circunstâncias atenuantes.....	446
23.1.2.2.1	Circunstâncias atenuantes inominadas.....	450
23.1.2.3	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.....	450
23.1.2.4	Limite à fixação da pena abaixo do mínimo legal.....	451
23.1.3	Pena definitiva (3ª fase).....	452
23.1.3.1	Concurso entre causas de aumento e causas de diminuição.....	453
23.2	Síntese do critério trifásico de aplicação da pena.....	454

<b>CAPÍTULO 24 – CONCURSO DE CRIMES</b> .....	455
24.1 Concurso material de crimes .....	456
24.2 Concurso formal.....	457
24.3 Crime continuado.....	458
24.4 Pena de multa no concurso de crimes.....	461
<b>CAPÍTULO 25 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (SURSIS)</b> .....	463
25.1 Espécies de <i>sursis</i> .....	464
25.1.1 <i>Sursis</i> simples .....	464
25.1.1.1 Requisitos.....	464
25.1.1.2 Período de prova.....	465
25.1.1.3 Condições.....	466
25.1.2 <i>Sursis</i> especial.....	466
25.1.2.1 Requisitos.....	467
25.1.2.2 Período de prova.....	467
25.1.2.3 Condições.....	467
25.1.3 <i>Sursis</i> etário .....	468
25.1.3.1 Requisitos.....	468
25.1.3.2 Período de prova.....	469
25.1.4 <i>Sursis</i> humanitário .....	469
25.2 Revogação do <i>sursis</i> .....	469
25.2.1 Causas de revogação obrigatórias.....	469
25.2.2 Causas de revogação facultativas.....	470
25.3 Prorrogação automática do <i>sursis</i> .....	471
<b>CAPÍTULO 26 – LIVRAMENTO CONDICIONAL</b> .....	473
26.1 Requisitos do livramento condicional.....	474
26.1.1 Requisitos objetivos.....	474
26.1.2 Requisitos subjetivos.....	477
26.2 Condições do livramento condicional.....	478
26.2.1 Condições obrigatórias .....	478
26.2.2 Condições facultativas .....	479
26.2.3 Condições judiciais .....	480
26.3 Soma das penas.....	480
26.4 Revogação do livramento condicional.....	480
26.4.1 Revogação obrigatória.....	480

26.4.2	Revogação facultativa.....	481
26.4.3	Efeitos da revogação .....	482
26.5	Prorrogação do período de prova e extinção da pena.....	483
26.6	Suspensão provisória do livramento condicional .....	485
26.7	Livramento condicional antes do trânsito em julgado da condenação.....	485
<b>CAPÍTULO 27 – EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....</b>		<b>487</b>
27.1	Efeitos penais da condenação.....	487
27.2	Efeitos extrapenais da condenação .....	487
27.2.1	Efeitos extrapenais genéricos da condenação .....	488
27.2.2	Efeitos extrapenais específicos da condenação .....	491
<b>CAPÍTULO 28 – REABILITAÇÃO CRIMINAL.....</b>		<b>495</b>
28.1	Alcance da reabilitação .....	495
28.2	Requisitos para reabilitação.....	496
28.3	Revogação da reabilitação.....	497
<b>CAPÍTULO 29 – MEDIDAS DE SEGURANÇA.....</b>		<b>499</b>
29.1	Finalidades das medidas de segurança .....	501
29.2	Pressupostos das medidas de segurança .....	501
29.3	Momento de aplicação da medida de segurança .....	505
29.4	O incidente de insanidade mental.....	505
29.5	Sistemas de aplicação das medidas de segurança.....	506
29.6	Espécies de medida de segurança.....	506
29.7	Tempo da medida de segurança.....	508
29.8	Desinternação progressiva .....	510
29.9	Internação cível .....	510
29.10	Exame de cessação de periculosidade .....	510
29.11	Desinternação ou liberdade condicional .....	511
29.12	Desinternação ou liberdade definitiva .....	512
<b>CAPÍTULO 30 – DA AÇÃO PENAL.....</b>		<b>513</b>
30.1	Espécies de ação penal .....	514
30.1.1	Ação penal pública.....	514
30.1.1.1	Ação penal pública incondicionada .....	516

30.1.1.2	Ação penal pública condicionada .....	516
30.1.1.2.1	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido.....	516
30.1.1.2.2	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	517
30.1.2	Ação penal privada.....	517
30.1.2.1	Transmissão do direito de queixa.....	518
30.1.2.2	Extinção do direito de queixa.....	518
30.1.3	Espécies de ação penal privada.....	519
30.1.3.1	Ação penal privada propriamente dita .....	520
30.1.3.2	Ação penal privada subsidiária da pública .....	520
30.1.3.2.1	Ação penal privada personalíssima.....	520
 <b>CAPÍTULO 31 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....</b>		<b>521</b>
31.1	Causas de extinção da punibilidade .....	521
31.1.1	Morte do agente.....	522
31.1.2	Anistia, graça e indulto.....	523
31.1.2.1	Anistia.....	523
31.1.2.2	Graça .....	524
31.1.2.3	Indulto.....	524
31.1.3	<i>Abolitio criminis</i> (descriminalização).....	524
31.1.4	Prescrição, decadência ou preempção.....	525
31.1.4.1	Decadência .....	525
31.1.4.2	Preempção .....	526
31.1.5	Renúncia do direito de queixa ou perdão aceito na ação penal privada .....	526
31.1.5.1	Renúncia.....	527
31.1.5.2	Perdão.....	527
31.1.6	Retratação do agente .....	527
31.1.7	Perdão judicial .....	529
31.2	A extinção da punibilidade nos tipos complexos, nos tipos dependentes de outros tipos, nos tipos que pressupõem outros tipos, nos tipos qualificados pelo resultado e nos tipos conexos .....	532
31.3	Extinção da punibilidade no concurso de crimes.....	533
 <b>CAPÍTULO 32 – PRESCRIÇÃO.....</b>		<b>535</b>
32.1	Prescrição da pretensão punitiva (antes do trânsito em julgado).....	535
32.1.1	Termos iniciais da prescrição da pretensão punitiva .....	536



32.1.2	Causas suspensivas da prescrição da pretensão punitiva .....	537
32.1.3	Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....	541
32.1.4	Comunicabilidade da interrupção dos prazos prescricionais.....	543
32.1.5	Fim da contagem da prescrição da pretensão punitiva.....	544
32.1.6	Espécies de prescrição da pretensão punitiva.....	544
32.1.6.1	Prescrição de pretensão punitiva pela pena em abstrato.....	544
32.1.6.2	Prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto retroativa .....	546
32.1.6.3	Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente.....	547
32.2	Prescrição da pretensão executória (depois do trânsito em julgado).....	548
32.2.1	Marcos iniciais da prescrição da pretensão executória .....	549
32.2.2	Causas suspensivas da prescrição da pretensão executória.....	551
32.2.3	Causas interruptivas da prescrição da pretensão executória .....	551
32.3	Prescrição da pena de multa .....	552
32.4	Redução dos prazos da prescrição .....	553
32.5	Prescrição das penas mais leves .....	554
32.6	Momento para o reconhecimento da prescrição .....	554
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>		<b>555</b>

**Nota da Editora:** as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).